

Relatório de Pagamentos a Governos

(tradução livre do original em inglês)

para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025



Glossário

Glossário de termos utilizados neste Relatório sobre Pagamentos a Governos (o “Relatório”). Os seguintes termos são definidos da seguinte maneira:

ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CSR	Pagamentos de responsabilidade social e comunitária (<i>Community and social responsibility payments</i>)
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFRS	Normas Internacionais de Relatório Financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i>)
PPSA	Pré-Sal Petróleo S.A., empresa estatal brasileira que atua como gestora de contratos e representa os interesses do Governo Federal Brasileiro nos contratos de partilha de produção.
SEC	Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (<i>The United States Securities and Exchange Commission</i>)
SIN	<i>Servicio de Impuestos Nacionales</i> (Autoridade Tributária Boliviana)
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
YPFB	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos</i> , empresa estatal boliviana que atua como gestora de contratos e representa os interesses do governo federal boliviano nos contratos de partilha de produção.

Base para Preparação - Relatório sobre Pagamentos a Governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025

Este Relatório fornece uma visão consolidada dos pagamentos a governos feitos pela Petrobras e suas subsidiárias (doravante referidas como "Petrobras" ou "Companhia") para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme exigido pela Regulação "Disclosure of Payments by Resource Extraction Issuers" da SEC dos EUA.

Definições

Entidades reportadas

Este Relatório inclui pagamentos a governos feitos pela Petrobras e entidades sob seu controle, de acordo com as IFRS. Pagamentos feitos por entidades que não estão sob o controle da Petrobras não estão incluídos neste Relatório.

Atividades

Pagamentos feitos pela Petrobras a governos decorrentes de atividades envolvendo a exploração, extração, processamento e exportação de petróleo, gás natural ou a aquisição de uma licença para qualquer dessas atividades são divulgados neste Relatório.

Governo

Governo inclui qualquer governo nacional, bem como qualquer departamento, agência ou instrumentalidade de um governo nacional, ou uma empresa com pelo menos maioria de participação do governo nacional. Também inclui governos subnacionais, como estados (no Brasil) e departamentos (na Bolívia).

Projetos

Os pagamentos são reportados no nível de projeto, exceto aqueles que não são atribuíveis a um projeto específico, que são reportados no nível da entidade. Projeto é definido usando os seguintes fatores: (i) tipo de recurso sendo comercialmente desenvolvido, (ii) método de extração e (iii) principal jurisdição política subnacional onde o desenvolvimento comercial do recurso está ocorrendo. Todos os projetos da Petrobras referem-se ao desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural, no segmento de Exploração e Produção ("E&P"), utilizando o método de extração por poços.

Segmentos

Este Relatório inclui pagamentos feitos pelo segmento de E&P da Petrobras.

E&P: Este segmento abrange as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, com o principal objetivo de abastecer as refinarias domésticas da Petrobras. O segmento de E&P também opera por meio de parcerias com outras empresas, incluindo participações societárias em empresas deste segmento no exterior.

Royalties

Royalties são pagamentos feitos pelo direito de extrair petróleo e gás. No Brasil, os Royalties são estabelecidos em contratos de óleo e gás a uma taxa que varia de 5% a 15% da receita bruta com base nos preços de referência para petróleo bruto ou gás natural estabelecidos pela ANP em seus atos normativos. Ao estabelecer as taxas de royalties, a ANP também considera os riscos geológicos e os níveis de produtividade esperados para cada concessão. A maior parte da produção de petróleo bruto da Companhia atualmente paga a taxa máxima de royalties.

Os pagamentos desse tipo também incluem Participações Especiais, que variam de 0% a 40% da receita líquida da produção de campos que apresentam altos volumes de produção ou rentabilidade, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação aplicável. O cálculo considera a receita bruta de cada campo de produção, com base nos preços de referência para petróleo bruto ou gás natural estabelecidos pelo Decreto nº 2.705/1998 e nos atos normativos da ANP, deduzidos dos royalties pagos, investimentos exploratórios, despesas operacionais e ajustes de depreciação e impostos aplicáveis.

Bônus

Os bônus divulgados correspondem ao bônus de assinatura, montantes pagos pelo licitante vencedor ao assinar um contrato de exploração e produção, que podem ser pré-definidos ou oferecidos, sujeitos aos valores mínimos publicados nos editais de licitação.

Taxas

Taxas são pagamentos feitos pela retenção ou ocupação de áreas contratadas para a exploração e produção de petróleo e gás natural, cuja taxa é estabelecida pela ANP nos respectivos editais de licitação, com base no tamanho, localização e características geológicas do bloco de concessão.

Também incluem pagamentos pela aquisição e manutenção de uma licença ambiental para operar em uma área onde são realizadas atividades extrativas.

Direitos de Produção

Estas são a parcela de produção do governo anfitrião sob o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18, 29(VII). O percentual de produção a ser partilhado com o Governo Federal Brasileiro é definido nos contratos de partilha de produção, nos quais a empresa estatal PPSA representa os interesses do Governo Federal Brasileiro, como parceiro não operador que gerencia esses contratos.

Os direitos de produção são apresentados a valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorizado ao preço médio do Brent do ano, já que os custos históricos não estão razoavelmente disponíveis ou determináveis por projeto.

Impostos

A Companhia não paga impostos sobre o lucro especificamente ao se envolver no desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural. Os pagamentos da Companhia para impostos sobre a renda corporativa são baseados no lucro tributável no nível da entidade legal dentro de uma determinada jurisdição, que inclui a renda obtida de atividades comerciais além daquelas geradas por atividades de extração de recursos.

Dividendos

A Companhia não paga quaisquer dividendos em substituição a participações na produção ou royalties. Esses pagamentos são feitos ao Governo Federal Brasileiro como acionista comum ou ordinário da Petrobras nos mesmos termos que aos outros acionistas. Portanto, esses pagamentos não estão no escopo deste Relatório.

Pagamentos para melhorias de infraestrutura

Esses são pagamentos relacionados à construção de infraestrutura (estrada, ponte ou ferrovia) não substancialmente dedicada ao uso de atividades extrativas e, portanto, não são contabilizados como propriedade, planta e equipamento. Em 2025, não houve pagamento feito a governos relacionado a melhorias de infraestrutura.

Pagamentos de responsabilidade social e comunitária

Esses são pagamentos exigidos por lei ou contrato que, em geral, compreendem pagamentos para apoiar o bem-estar social ou econômico das comunidades onde os gastos são feitos.

Parcerias

Quando a Companhia faz um pagamento diretamente a um governo decorrente de uma parceria, sempre que a Petrobras é a operadora, o valor total pago é divulgado, mesmo quando a Petrobras, como operadora, é proporcionalmente reembolsada por seus parceiros não operadores do empreendimento.

Moedas usadas para fazer os pagamentos e Taxa de câmbio

Os pagamentos no Brasil são feitos em Reais e os pagamentos na Bolívia são feitos em Bolivianos. Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2025 (Real Brasileiro/Dólar Americano 5.50 e Boliviano/Dólar Americano 6,96).

Divulgação por Projeto

A tabela abaixo apresenta os pagamentos feitos pela Companhia a governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, por projeto e tipo de pagamento.

Projeto ⁽¹⁾								
Bacia	Principal jurisdição política subnacional	Royalties	Bônus	Direitos de produção ⁽²⁾	Impostos	Taxas	CSR	Total
Brasil ⁽³⁾		11.159.129	1.291.448	3.829.976	-	42.782	89.608	16.412.943
Offshore								
Bacia de Santos	Rio de Janeiro	9.147.865	1.266.164	3.760.786		9.922	46.646	14.231.384
Bacia de Campos	Rio de Janeiro	886.025		15.122		22.928	37.556	961.631
Bacia de Campos	Espírito Santo	689.719				2.239		691.957
Bacia de Santos	São Paulo	291.657		54.068		1.897		347.622
Bacia de Pelotas	Rio Grande do Sul		25.284			255		25.539
Bacia do Espírito Santo	Espírito Santo					231	4.588	4.819
Bacia Potiguar	Rio Grande do Norte	956				888	200	2.043
Bacia de Sergipe	Sergipe					1.753	93	1.846
Bacia de Camamu	Bahia	979				113	294	1.386
Bacia do Pará-Maranhão	Pará					472		472
Bacia do Ceará	Ceará					307		307
Bacia da Foz do Amazonas	Amazonas					240		240
Bacia de Barreirinhas	Maranhão					236		236
Bacia de Santos	Santa Catarina						232	232
Bacia de Sergipe-Alagoas	Sergipe					124		124
Bacia da Foz do Amazonas	Amapá					114		114
Onshore								
Bacia do Solimões	Amazonas	102.095				303		102.397
Bacia do Recôncavo	Bahia	25.540				534		26.075
Bacia do Paraná	Paraná					101		101
Bacia do Espírito Santo	Espírito Santo					67		67
Bacia Potiguar	Rio Grande do Norte					23		23
Bacia de Sergipe-Alagoas	Sergipe					16		16
Bacia Norte Capixaba	Espírito Santo					9		9
Bacia de Sergipe-Alagoas	Alagoas					7		7
Pagamento no nível da entidade ⁽⁴⁾								
Petróleo Brasileiro S.A.		14.294						14.294
Bolívia ⁽³⁾		-	1.488	-	1.365	-	-	2.853
Onshore								
Bloque San Antonio	Tarija		460					460
XX Tarija Oeste	Tarija		332					332
Colpa Caranda	Santa Cruz		304					304
Bloque San Alberto	Tarija		234					234
San Telmo Norte	Santa Cruz		159					159
Pagamento no nível da entidade ⁽⁵⁾								
Petrobras Bolívia S.A.					1.365			1.365
Total		11.159.129	1.292.937	3.829.976	1.365	42.782	89.608	16.415.796

(1) Todos os projetos da Petrobras referem-se ao desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural, no segmento de Exploração e Produção ("E&P"), utilizando poços como método de extração.

(2) Direitos de produção in natura (In-kind) são apresentados ao valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorado ao preço médio do petróleo Brent do ano, de acordo com o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18 e 29(VII).

(3) Os pagamentos da Petrobras no Brasil são feitos em Reais (BRL), enquanto na Bolívia são feitos em Bolivianos (BOL). Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2025 (Real brasileiro/Dólar Americano 5.50 e Boliviano/Dólar Americano 6.96).

(4) Não é atribuível a projetos individualmente. Estes royalties referem-se ao acordo com a ANP relativo ao montante devido pela unidade de industrialização de xisto SIX (desinvestida em 2022). Este acordo será pago em parcelas até 2027.

(5) Não é atribuível a projetos individualmente. Estes impostos incidem sobre a receita de vendas no nível corporativo.

Divulgação por Governo

A tabela abaixo apresenta os pagamentos feitos pela Companhia a governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, por governo e tipo de pagamento.

Governo	Royalties	Bônus	Direitos de produção ⁽²⁾	Impostos	Taxas	CSR	Total
Brasil ⁽¹⁾	11.159.129	1.291.448	3.829.976	-	42.782	89.608	16.412.943
STN	11.159.129						11.159.129
PPSA ⁽²⁾			3.829.976				3.829.976
ANP		1.291.448			41.858		1.333.306
ICMBio						89.608	89.608
Ibama					924		924
Bolívia ⁽¹⁾	-	1.488	-	1.365	-	-	2.853
YPFB		1.488					1.488
SIN				1.365			1.365
Total	11.159.129	1.292.937	3.829.976	1.365	42.782	89.608	16.415.796

(1) Os pagamentos da Petrobras no Brasil são feitos em Reais (BRL), enquanto na Bolívia são feitos em Bolivianos (BOL). Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2025 (Real brasileiro/Dólar Americano 5.50 e Boliviano/Dólar Americano 6.96).

(2) Direitos de produção in natura (In-kind) são apresentados ao valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorado ao preço médio do petróleo Brent do ano, de acordo com o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18 e 29(VII).

Divulgação dos Detalhes dos Pagamentos

A tabela abaixo fornece os detalhes dos pagamentos feitos a governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

País	Projeto ⁽¹⁾			Tipo de pagamento	Recebedor ⁽²⁾	Valor em USD ⁽³⁾ (em milhares)
	Bacia	Principal jurisdição política subnacional	Onshore/ Offshore			
Brasil	Bacia de Santos	Rio de Janeiro	Offshore	Royalties	STN	9.147.865
Brasil	Bacia de Santos	Rio de Janeiro	Offshore	Direitos de produção	PPSA	3.760.786
Brasil	Bacia de Santos	Rio de Janeiro	Offshore	Bônus	ANP	1.266.164
Brasil	Bacia de Campos	Rio de Janeiro	Offshore	Royalties	STN	886.025
Brasil	Bacia de Campos	Espírito Santo	Offshore	Royalties	STN	689.719
Brasil	Bacia de Santos	São Paulo	Offshore	Royalties	STN	291.657
Brasil	Bacia do Solimões	Amazonas	Onshore	Royalties	STN	102.095
Brasil	Bacia de Santos	São Paulo	Offshore	Direitos de produção	PPSA	54.068
Brasil	Bacia de Santos	Rio de Janeiro	Offshore	CSR	ICMBio	46.646
Brasil	Bacia de Campos	Rio de Janeiro	Offshore	CSR	ICMBio	37.556
Brasil	Bacia do Recôncavo	Bahia	Onshore	Royalties	STN	25.540
Brasil	Bacia de Pelotas	Rio Grande do Sul	Offshore	Bônus	ANP	25.284
Brasil	Bacia de Campos	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	ANP	22.857
Brasil	Bacia de Campos	Rio de Janeiro	Offshore	Direitos de produção	PPSA	15.122
Brasil		Pagamento no nível da entidade ⁽⁴⁾		Royalties	STN	14.294
Brasil	Bacia de Santos	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	ANP	9.648
Brasil	Bacia do Espírito Santo	Espírito Santo	Offshore	CSR	ICMBio	4.588
Brasil	Bacia de Campos	Espírito Santo	Offshore	Taxas	ANP	2.215
Brasil	Bacia de Santos	São Paulo	Offshore	Taxas	ANP	1.897
Brasil	Bacia de Sergipe	Sergipe	Offshore	Taxas	ANP	1.753
Brasil	Bacia de Camamu	Bahia	Offshore	Royalties	STN	979
Brasil	Bacia Potiguar	Rio Grande do Norte	Offshore	Royalties	STN	956
Brasil	Bacia Potiguar	Rio Grande do Norte	Offshore	Taxas	ANP	888
Brasil	Bacia do Recôncavo	Bahia	Onshore	Taxas	ANP	480
Brasil	Bacia do Pará-Maranhão	Pará	Offshore	Taxas	ANP	472
Brasil	Bacia do Ceará	Ceará	Offshore	Taxas	ANP	307
Brasil	Bacia do Solimões	Amazonas	Onshore	Taxas	ANP	294
Brasil	Bacia de Camamu	Bahia	Offshore	CSR	ICMBio	294
Brasil	Bacia de Santos	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	IBAMA	274
Brasil	Bacia de Pelotas	Rio Grande do Sul	Offshore	Taxas	ANP	255
Brasil	Bacia da Foz do Amazonas	Amazonas	Offshore	Taxas	IBAMA	240
Brasil	Bacia de Barreirinhas	Maranhão	Offshore	Taxas	ANP	236
Brasil	Bacia de Santos	Santa Catarina	Offshore	CSR	ICMBio	232
Brasil	Bacia Potiguar	Rio Grande do Norte	Offshore	CSR	ICMBio	200
Brasil	Bacia do Espírito Santo	Espírito Santo	Offshore	Taxas	ANP	160
Brasil	Bacia de Sergipe-Alagoas	Sergipe	Offshore	Taxas	IBAMA	124
Brasil	Bacia da Foz do Amazonas	Amapá	Offshore	Taxas	ANP	114
Brasil	Bacia de Camamu	Bahia	Offshore	Taxas	ANP	113
Brasil	Bacia do Paraná	Paraná	Onshore	Taxas	ANP	101
Brasil	Bacia de Sergipe	Sergipe	Offshore	CSR	ICMBio	93
Brasil	Bacia de Campos	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	IBAMA	71

PETROBRAS (Em milhares de Dólares Americanos, exceto se indicado de outra forma)

Brasil	Bacia do Espírito Santo	Espírito Santo	Offshore	Taxas	IBAMA	71
Brasil	Bacia do Espírito Santo	Espírito Santo	Onshore	Taxas	ANP	67
Brasil	Bacia do Recôncavo	Bahia	Onshore	Taxas	IBAMA	55
Brasil	Bacia de Campos	Espírito Santo	Offshore	Taxas	IBAMA	24
Brasil	Bacia Potiguar	Rio Grande do Norte	Onshore	Taxas	IBAMA	23
Brasil	Bacia de Sergipe-Alagoas	Sergipe	Onshore	Taxas	IBAMA	16
Brasil	Bacia Norte Capixaba	Espírito Santo	Onshore	Taxas	IBAMA	9
Brasil	Bacia do Solimões	Amazonas	Onshore	Taxas	IBAMA	8
Brasil	Bacia de Sergipe-Alagoas	Alagoas	Onshore	Taxas	IBAMA	7
Brasil	Bacia do Espírito Santo	Espírito Santo	Onshore	Taxas	IBAMA	0
Bolívia		Pagamento no nível da entidade ⁽⁵⁾		Impostos	SIN	1.365
Bolívia	Bloque San Antonio	Tarija	Onshore	Bônus	YPFB	460
Bolívia	XX Tarija Oeste	Tarija	Onshore	Bônus	YPFB	332
Bolívia	Colpa Caranda	Santa Cruz	Onshore	Bônus	YPFB	304
Bolívia	Bloque San Alberto	Tarija	Onshore	Bônus	YPFB	234
Bolívia	San Telmo Norte	Santa Cruz	Onshore	Bônus	YPFB	159
Total						16.415.796

(1) Todos os projetos da Petrobras referem-se ao desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural, no segmento de Exploração e Produção ("E&P"), utilizando poços como método de extração.

(2) Direitos de produção in natura (In-kind) são apresentados ao valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorado ao preço médio do petróleo Brent do ano, de acordo com o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18 e 29(VII).

(3) Os pagamentos da Petrobras no Brasil são feitos em Reais (BRL), enquanto na Bolívia são feitos em Bolivianos (BOL). Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2025 (Real brasileiro/Dólar Americano 5.50 e Boliviano/Dólar Americano 6.96).

(4) Não é atribuível a projetos individualmente. Estes royalties referem-se ao acordo com a ANP relativo ao montante devido pela unidade de industrialização de xisto SIX (desinvestida em 2022). Este acordo será pago em parcelas até 2027.

(5) Não é atribuível a projetos individualmente. Estes impostos incidem sobre a receita de vendas no nível corporativo.